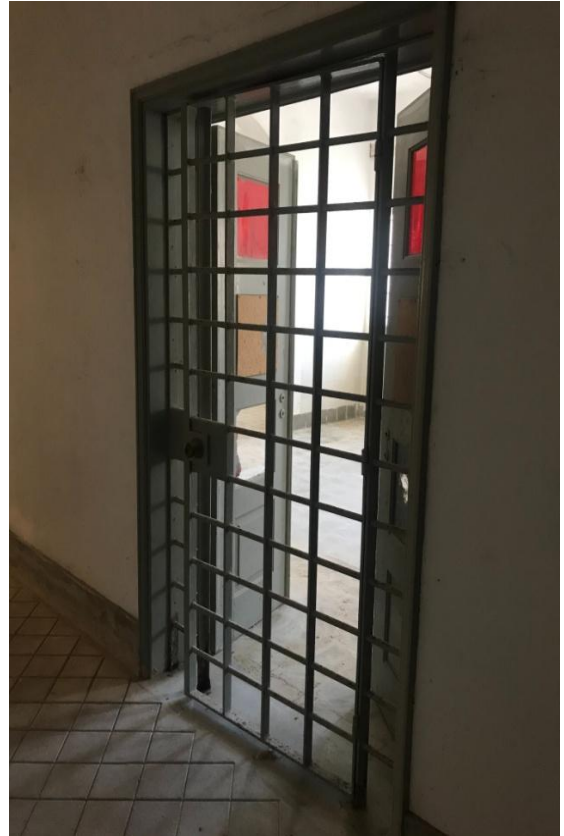


Cadeia do Forte de Peniche

Pavilhão C: Evolução e transformações no espaço prisional

Rosalina Carmona



Gradões, portadas de madeira, corredor de acesso às celas e pavimentos originais, existentes no piso 1 do Pavilhão C - Cadeia do Forte de Peniche. Foto: DGPC

Resumo

A partir de 1950 as instalações da Cadeia do Forte de Peniche foram objecto de profunda remodelação. O edifício actual, onde está a ser instalado o Museu Nacional Resistência e Liberdade, é o resultado da reconstrução do espaço carcerário que vinha dos anos 30 do século XX, quando ali foi instituído o Depósito de Presos de Peniche sob a alçada da PVDE. Após o 25 de Abril os pavilhões prisionais, com particular relevância para o Pavilhão C, sofreram modificações na sua estrutura que, não sendo muito significativas, alteraram a percepção do espaço prisional construído nos anos 50 com projecto do arquitecto Rodrigues Lima. São essas transformações e adaptações que o espaço prisional sofreu que, pretendemos assinalar neste artigo para melhor compreensão e memória futura.

Transformações profundas começam a ser delineadas para a Cadeia de Peniche a partir de 1950, como se conclui de um despacho assinado pelo ministro Cavaleiro Ferreira, em 26-06-1950¹. Neste despacho o ministro estabelece que: *«Por minha determinação incluíam-se já no programa das construções prisionais com carácter urgente, a reparação da Cadeia de Peniche obedecendo aos requisitos que oportunamente foram comunicados à referida Comissão, visto que a localização e a área do Forte se presta indubitavelmente à construção de instalações condicentes com a sua finalidade e que hoje não existem.»*²

Foi encarregado de proceder a uma Inspeção à Cadeia, o Director da Colónia Penal de Alcoentre, J. Roberto Pinto, a qual teve início em 11 de julho mesmo ano de 1950.³ Vejamos alguns aspectos do Relatório resultante da inspeção.

O relatório elaborado por Roberto Pinto assinala aspectos curiosos por ser algo crítico da situação da prisão, destacando as *«deficientíssimas instalações sanitárias, ausência total de arrumação para as roupas, tosco mobiliário tudo constitui afinal o resultado de uma orientação administrativa que, aceitando como facto inalterável aquilo que foi encontrado e que terá nascido de uma improvisação no momento em que a Cadeia foi criada não tratou de, no decurso dos anos, melhorar ou modificar a pouco e pouco, substituindo o improvisado pelo definitivo...»*⁴

O relatório, que tem 20 páginas, é todo neste tom, pelo que ficamos com um retrato bastante aproximado da realidade das deploráveis instalações prisionais e do tratamento a que estavam sujeitos os presos políticos em Peniche. Perante tal situação, o próprio Director de Colónia Penal de Alcoentre confessa que *«É difícil a quem como nós, [que] não tem trabalhado com reclusos essencialmente políticos, apreciar a maneira por que é encarada a disciplina prisional num estabelecimento desta natureza. Em paralelo relativo ao estabelecimento de presos comuns, deve dizer-se, porém, que os presos em Peniche têm de ser considerados também neste ponto, em situação de desfavor.»*⁵

Uma das questões abordadas no relatório é a da assistência médica aos presos, a qual é referida nos seguintes termos: *«Serviços Clínicos - Não dispõe o estabelecimento de quaisquer dependências que sirvam de enfermaria. Em casos de doenças os reclusos terão de ser tratados nas próprias camas. Há um pequeno gabinete para o médico e uma pequena Sala de tratamentos. Não existem medicamentos em “stoc”. Os medicamentos são comprados alternadamente nas duas farmácias locais. A verba para aquisição é exígua. O médico fornece quantas amostras consegue e a maior parte dos tratamentos de estomatologia feitos no dentista da terra, são pagas pelos próprios reclusos.»*

¹ Cf. “Cópia do despacho ministerial “Relatório de Inspeção à Cadeia do Forte de Peniche realizado por J. Roberto Pinto - 11-07-1950, ID 1004, Nº Cx. 200013, Direcção Geral de Reinserção dos Serviços Prisionais,-Arquivo do Estabelecimento Prisional de Lisboa (DGRSP-AEPL) -3-1-E

² Id. Ibid.

³ -Vd. “Relatório de Inspeção à Cadeia do Forte de Peniche realizado por J. Roberto Pinto - 11-07-1950, ID 1004, Nº Cx. 200013, DGRSP, AEPL-3-1-E, pg. 2-20.

⁴ Idem

⁵ Id. Ibid.

Apesar dos vários problemas, a inspeção termina concluindo «*com a declaração de que parece possível introduzir no estabelecimento uma modificação profunda e que permita a conveniente inclusão da Cadeia no conjunto dos demais estabelecimentos prisionais.*»⁶

Por esta última referência percebe-se que a Cadeia do Forte de Peniche, embora oficialmente estivesse sob jurisdição do Ministério da Justiça desde 1945, continuava ainda em 1950 na posse da PIDE, que era quem na realidade “punha e dispunha” de todos os meios de controle na prisão e intervinha em todos os assuntos relacionados com o seu funcionamento. A importância política desta prisão era tal para o regime que, instalou um Posto permanente da PIDE mesmo no centro da Vila de Peniche, perto da Câmara Municipal e da Fortaleza.

Assim, desde Abril de 1965, que a PIDE abriu uma delegação em Peniche, exercendo uma vigilância ainda mais cerrada sobre os habitantes locais e controlando todas as entradas e saídas da Vila, registando com minúcia todos os visitantes dos presos políticos, anotando as matrículas dos carros em que se deslocavam quando fosse caso disso, ou vigiando os passos dos visitantes e familiares de presos políticos ou, quem na povoação os recebia e de alguma forma os pudesse auxiliar.⁷

Lamentavelmente o edifício onde esteve instalada a PIDE em Peniche, testemunho físico raro no país como sede de uma das polícias políticas mais violentas e odiosas da ditadura fascista, foi recentemente demolido, perdendo-se para as gerações futuras a memória de um local de repressão, prisões, perseguições e interrogatórios, e, possivelmente de tortura física e psicológica mas, decerto, também, um local onde se resistiu à ditadura fascista.



Antigo Posto da PIDE em Peniche, na Avenida do Mar nº 16. Foto: GES-PCP

As obras na cadeia na de Peniche ter-se-ão iniciado em 1953 e daqui surgiu a “nova” Cadeia do Forte de Peniche⁸.

⁶ “Relatório de Inspeção à Cadeia do Forte de Peniche realizado por J. Roberto Pinto - 11-07-1950 - ID 1004, Nº Cx. 200013, DGRSP, AEPL-3-1-E, pg.18

⁷ “Relação dos automóveis que transportaram visitas aos presos políticos que se encontram a cumprir penas na Cadeia do Forte de Peniche”, Peniche, Posto de Vigilância da P.I.D.E., Novembro de 1969, Arquivo GES-PCP

⁸ Cf. “Bases para o funcionamento da Brigada de Trabalho Prisional de Peniche, criada para a construção da respectiva cadeia”, Cadeia do Forte de Peniche - 12-11-1953 - ID 223540, Cx.200013, DGRSP-AEPL-3-1-E

Acerca da obra, não foi possível encontrar registos da época que, a existirem, estão ainda por localizar. O que conhecemos referente às alterações na Cadeia é, pois, bem mais tardio e proveniente de fontes oficiais. Com efeito, é nos relatórios de inspeções realizadas pela Direcção Geral dos Serviços Prisionais em anos posteriores, que tomamos contacto com as mudanças realizadas na Cadeia e a sua transformação em prisão de alta segurança.

Deste modo, um Relatório oficial datado do último dia do ano de 1969, descreve as várias fases de construção da nova prisão. Alerta-se para o facto de se tratar de um documento produzido pelos serviços prisionais que, por isso mesmo, veicula uma imagem de excelência das condições prisionais que a ditadura salazarista-marcelista queria passar para a opinião pública, tanto no país como no estrangeiro, onde a era fortemente criticada. Trata-se, pois, de uma fonte oficial do regime que, tal como outras, deve ser lida com o necessário sentido crítico.

Vejamos, então, uma passagem da Inspeção oficial, iniciada a 30-09-1969 e concluída a 31-12-1969.⁹

«Após a entrega da Cadeia ao Ministério da Justiça, foi constituída uma Brigada de Trabalho Prisional¹⁰ que, sucessivamente demoliu os velhos pardieiros existentes dentro da Fortaleza construindo novos e confortáveis edifícios com lotação para 147 reclusos políticos. As boas condições dessas instalações, que passamos a descrever referindo simultaneamente críticas de pormenor dos reclusos ouvidos, são unânimes reconhecidas pelos presos.»¹¹

Segundo este relatório, a primeira zona a ficar concluída foi o Bloco de três pisos, designado *Pavilhão C*, em 1956. Após a sua conclusão foram para aqui transferidos os presos considerados mais perigosos pelo regime e os condenados às mais longas penas. O Pavilhão C, é caracterizado pormenorizadamente no relatório, que passamos a citar:

«Pavilhão C – Tem lotação para 29 homens, compreendendo 2 pisos para alojamento de presos e um piso para os serviços clínicos.

«O primeiro piso [piso térreo e entrada do Pavilhão C] constitui uma secção com uma copa, 1 refeitório, 3 camaratas de 6 presos cada, 1 arrecadação, sanitários e balneários. Cada camarata, de 4,90mx4,57m, dispõe de mobiliário idêntico ao das camaratas do Pavilhão A. A única mesa existente é, porém, mais pequena e naturalmente mais incómoda pois, tendo gavetas até à base, não permite a introdução das pernas dos seus

⁹ “Relatório de Inspeção à Cadeia do Forte de Peniche – Elaborado pelo Inspector dos Serviços Prisionais Fernando Duarte” – 30-09-1969 a 31-12-1969, ID 3867, Cx.200012, DGRSP-AEPL-3-1-D

¹⁰ Constituída por presos de delito comum

¹¹ “Relatório de Inspeção à Cadeia do Forte de Peniche – Elaborado pelo Inspector dos Serviços Prisionais Fernando Duarte” – 30-09-1969 a 31-12-1969, ID 3867, Cx.200012, DGRSP-AEPL-3-1-D

utentes. Por esse motivo, quando havia presos nesta secção, permitia-se-lhes que fossem escrever para o refeitório.»¹²



O Pavilhão C é o edifício mais alto, pintado de branco. Na foto ao lado as salas do 1º piso do Pavilhão C mas já todas ligadas entre si, quando antes eram camaratas e espaços separados. Foto DGPC

Curiosamente, por esta informação «*quando havia presos nesta secção*» fica-se a saber que em 1969, data desta Inspeção, já não havia pesos políticos no piso térreo do Pavilhão C, que viria a ser encerrado em época ainda não determinada, passando todos os presos nos últimos anos da ditadura para os blocos A e B. Este 1º piso foi um dos que sofreu algumas alterações depois do 25 de Abril, quando foram abertos arcos para ligar todas as salas entre si e lá instalar o Museu de Peniche, sendo actualmente o seu aspecto aquele que a foto acima documenta.



Manuel Quinteiro Gomes, antigo preso político detido em 23-12-1963. Transferido para Peniche em 11-06-1966 permaneceu durante algum tempo numa das 3 celas colectivas do piso térreo do Pavilhão C. Foi libertado em 25-01-1967. Foto MNRL

Prosseguindo com a descrição que anteriormente vínhamos seguindo, vejamos o que mais nos diz o Relatório de 1969:

¹² Vd. “Relatório de Inspeção à Cadeboia do Forte de Peniche – Elaborado pelo Inspector dos Serviços Prisionais Fernando Duarte” – 30-09-1969 a 31-12-1969, ID 3867, Cx.200012, DGRSP-AEPL-3-1-D.

«O 2º piso, ocupado pelos serviços clínicos, consta de 1 posto de socorros, 1 armazém de medicamentos, 1 enfermaria de 6 camas cuja utilização não tem sido julgada necessária e conveniente, 1 copa, sanitários e 1 quarto presentemente ocupado pelo Director.»



Fotos da Enfermaria, 1962, DGRSP

Repare-se na referência- que quase parece irónica - do não uso da enfermaria *«cuja utilização não tem sido julgada necessária e conveniente.»* Dir-se-ia que na Cadeia do Forte de Peniche todos os presos gozavam de excelente saúde. O que sabemos não ser verdade, pelas inúmeras queixas dos presos. No entanto, até as fontes oficiais contradizem tal afirmação. Bastaria citar uma das informações do Director da Cadeia, para se perceber como funcionavam mal os serviços clínicos em Peniche, de que é exemplo o que se segue:

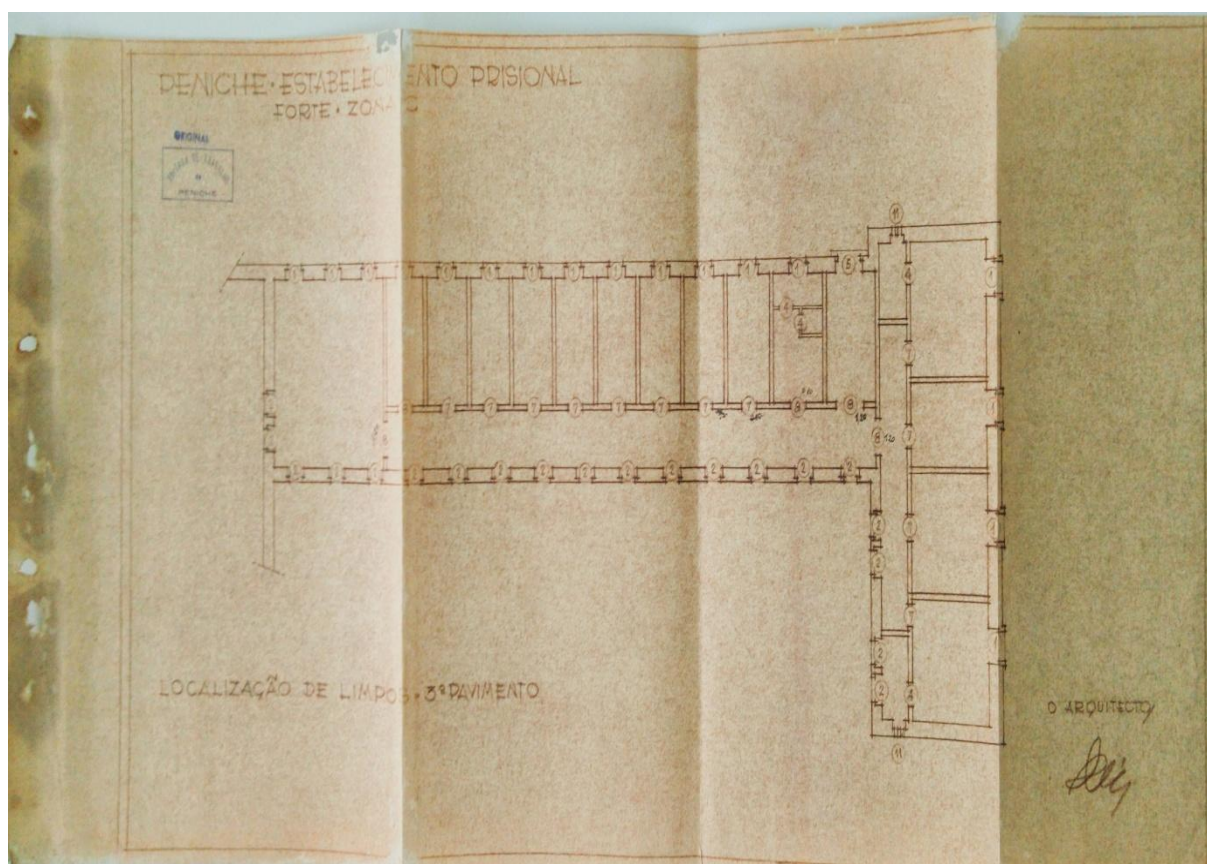
- Os serviços de assistência médica aos reclusos deste Estabelecimento, estão montados nos moldes determinados por essa Direcção-Geral, e, apesar de presentemente não haver um médico de clínica geral contratado, de modo a garantir uma assistência diária, como seria o ideal, a verdade é que, atendendo à população prisional existente (média de 100 reclusos - para uma lotação de 147 - as duas visitas semanais que o actual médico vem fazendo - cobrando os seus honorários pelo número de consultas que tem - têm sido consideradas suficientes, até porque em casos de urgência o mesmo médico, ou qualquer outro quando se justifique, é imediatamente chamado pelo enfermeiro permanente.

Informação do Director da Cadeia do Forte de Peniche, Capitão Manuel da Encarnação Falcão ao Director-Geral dos Serviços Prisionais em 03-12-1968. Correspondência-Peniche, DGRSP-AEPL-3-1-D

Do ponto de vista arquitectónico, o 2º piso não parece ter sido muito alterado, mantendo alguns dos espaços originais da cadeia.

«O 3º piso compõe-se de 1 copa, 1 refeitório utilizado também como sala de convívio, 8 celas individuais, 1 arrecadação que serve de biblioteca, sanitários, balneários e uma subsecção de 3 quartos individuais¹³, com chuveiro e sanitários privativos, e 1 refeitório.»¹⁴

Este é o último piso do Bloco C e parece ter sido aquele que foi menos intervencionado. Era a zona considerada de máxima segurança. Aqui foi criada, logo de origem, uma ala de segurança maior, formada por 8 celas individuais que se estendiam por um longo corredor e, na cabeceira do corredor que forma um T, foi construída uma subsecção separada das outras, com 4 celas individuais. Este era um espaço ainda mais isolado, pois estava separado das restantes celas. Num esboço de planta, sem data mas assinada presumivelmente pelo arquitecto do projecto Rodrigues Lima, podemos observar como seria inicialmente, isto é, teria 4 celas e não as 3 que tem agora. Este espaço deve ter sido alterado após a fuga colectiva de 1960, quando foram colocados os grossos gradões de ferro ainda existentes.



Esboço de planta do último piso do Bloco C, no qual se podem ver 4 compartimentos que depois serão reduzidos a 3. Documento do acervo do MNRL

¹³ A alteração do número de celas poderá ter ocorrido após a fuga colectiva de 3 de Janeiro de 1960, que levou a um reforço ainda maior do sistema prisional em Peniche. "Relatório de Inspeção à Cadeia do Forte de Peniche – Elaborado pelo Inspector dos Serviços Prisionais Fernando Duarte" – 30-09-1969 a 31-12-1969, ID 3867, Nº cx.200012, DGRSP-AEPL-3-1-D.

¹⁴ Idem

Foi justamente desta ala do 3º piso – a de mais alta segurança- que a 3 de Janeiro de 1960, 10 presos políticos levaram a cabo com êxito – com a ajuda de um guarda da GNR que prestava serviço na Fortaleza - uma das maiores e mais audazes evasões colectivas, a qual infligiu ao regime fascista uma das maiores humilhações da sua história. Tratavam-se de 10 dirigentes do Partido Comunista Português, entre os quais o seu Secretário-Geral, Álvaro Cunhal, que naquela ala esteve isolado durante sete anos, evadindo-se e saindo daqui em liberdade para só voltar a Portugal já após a Revolução de Abril, concretamente a 30 de Abril de 1974.

Entretanto, como já foi referido, no âmbito das remodelações introduzidas na cadeia após esta fuga, a Direção Geral dos Serviços Prisionais mandou efectuar obras de reforço do policiamento da cadeia para melhorar a eficiência da vigilância aos presos. Num ofício de 25 de Abril de 1960, enviado pelo Secretário da Cadeia ao Director Geral dos Serviços Prisionais, pode ler-se o seguinte:

«...tenho a honra de comunicar a V. Exª de que já se encontram colocados no 3º piso da Zona C os gradões que aí foram mandados pôr. Desejava transferir para aquele piso os 10 reclusos que vieram ocupar as vagas dos evadidos, os quais têm estado alojados no refeitório, mas o número de guardas é insuficiente para ser ocupado aquele piso com duas unidades (2 guardas) permanentes. Esta Cadeia tem, presentemente, 1 chefe de Guardas e 25 guardas.»¹⁵

Após a fuga dos 10 dirigentes do PCP, a repressão e a vigilância sobre os presos deve ter-se acentuado bastante. A prova disso é um “Estudo para execução da guarda à Cadeia do Forte de Peniche” mandado efectuar pela Direcção Geral dos Serviços Prisionais, em 17 de Agosto de 1961, no qual entre outras coisas é pedido o reforço do número de guardas carcereiros.¹⁶

¹⁵ ID1018 Cx.200012, DGRSP-AEPL-3-1-E

¹⁶ “Estudo para execução da guarda à Cadeia do Forte de Peniche”, 17 de Agosto de 1961, DGRSP-AHEPL



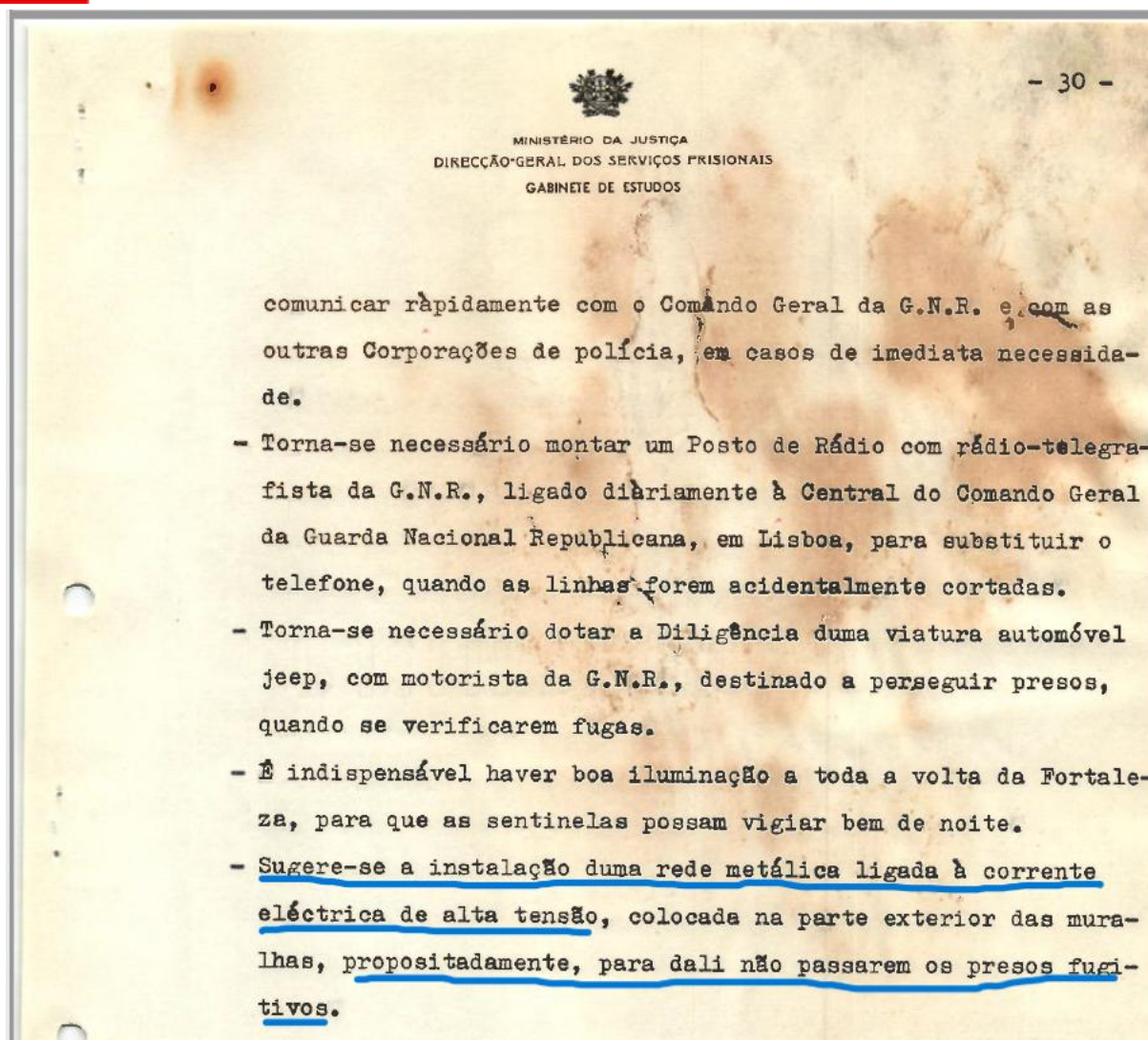
Corredor do 3º piso do Pavilhão C. Foto MNRL

Este estudo previa além do aumento do número de guardas, também o de meios de comunicação interna entre guardas, com alarmes eléctricos e outros mecânicos, para o caso de os primeiros falharem e «*um telefone ligado ao Comandante da Diligência e ao Comandante da Guarda de Polícia*»¹⁷ no exterior da cadeia.

Recomendava a construção de várias guaritas e passarelas de vigilância ao longo do interior das muralhas, melhor iluminação das muralhas com «*um projector móvel potente para focar com boa luz qualquer ponto suspeito, dentro e fora da Fortaleza*» além de «*muitas lâmpadas eléctricas fora da Fortaleza para que as sentinelas tenham boa visibilidade sobre a orla das muralhas.*»¹⁸

¹⁷ “Estudo para execução da guarda à Cadeia do Forte de Peniche”, 17 de Agosto de 1961, DGRSP-AHEPL

¹⁸ “Estudo para execução da guarda à Cadeia do Forte de Peniche”, 17 de Agosto de 1961, DGRSP-AHEPL



Reprodução da página 30 do “Estudo para execução da guarda à Cadeia do Forte de Peniche”, 17 de Agosto de 1961, DGRSP-AHEPL

Salienta-se como um dos aspectos mais chocantes deste estudo, o que previa a colocação de uma vedação metálica ligada à corrente eléctrica de alta tensão a toda a volta das muralhas.

«Uma defesa metálica ligada à corrente de alta tensão, colocada à volta da parte exterior das muralhas.» E, mais adiante: «Sugere-se a instalação duma rede metálica ligada à corrente eléctrica de alta tensão, colocada na parte exterior das muralhas, propositadamente, para dali não passarem os presos fugitivos.»

Ignoramos se tal vedação foi colocada ou não, embora nunca tenhamos ouvido qualquer menção a este facto por parte de antigos presos políticos. Mas o que mais impressiona é ela ter sido sugerida no reforço da vigilância aos presos. Pouco faltou para transformar a Cadeia do Forte de Peniche num campo de concentração.



Uma das raras plantas da Cadeia do Forte de Peniche, levantada provavelmente após a fuga de 1960 pois contém grande número de postos de vigia a toda a volta da muralha. DGRSP, ID 290812 Cx.200013

A construção da nova prisão prosseguiria nos anos seguintes, com a edificação dos blocos prisionais A e B, além de outras dependências, como o actual Parlatório iniciado em 01-01-1961¹⁹. Em 25 de julho de 1961 encontrava-se concluído o Pavilhão B, este «*em regime celular (42 celas), é constituído por três andares completamente isolados, por forma que os reclusos internados num piso não possam ter qualquer contacto com os prêso dos outros pisos.*»²⁰

É construído o “Novo Segredo” na zona D, que entra em funcionamento em 1963, tendo a torre sineira no Fortim deixado de funcionar como ‘Segredo’ e sido adaptada a canil²¹.

¹⁹ “Instalação de um parlatório na Cadeia do Forte de Peniche” - 01-01-1961 – ID 223576, Nº cx.200013, DGRSP-AEPL-3-1-E

²⁰ Correspondência da Cadeia do Forte de Peniche, ID290843Cx.200013

²¹ “Adaptação da Torre sineira da Cadeia do Forte de Peniche a canil” - 01-01-1961 – ID 223573, Nº cx.200013, DGRSP-AEPL-3-1-E



Blocos A e B da Cadeia do Forte de Peniche. Foto DGPC

Os Blocos A e B mantêm-se praticamente intocados, relativamente à sua estrutura arquitectónica. O Bloco A é constituído por dois pisos perfeitamente iguais, com 1 copa, 1 refeitório, 1 arrecadação, 4 camaratas, balneários e sanitários. Cada secção é separada por um gradão no corredor de acesso. Em cada piso *«existem uma camarata para 5 presos, com dimensões de 4,90x4m e 3 camaratas de 8x5m com capacidade unitária para 11 presos.»*²²

Com as obras de adaptação para instalação do MNRL, alguns destes espaços vão ser sacrificados em favor de novas acessibilidades.

A nova prisão de alta segurança, embora tivesse trazido melhorias em termos das condições de habitabilidade nas celas, introduziu novos mecanismos de tortura que antes não existiam.

Por exemplo, nas celas individuais do último piso do Pavilhão C, os presos ficavam encarcerados por longos períodos, sendo vigiados pelo guarda de serviço através do “olho de judas”.

²² “Relatório de Inspeção à Cadeia do Forte de Peniche – Elaborado pelo Inspector dos Serviços Prisionais Fernando Duarte”, 31-12-1969, ID 3867, N.º cx.200012, DGRSP-AEPL-3-1-D



“Olho de Judas”

O “olho de Judas” foi um dos métodos de vigilância aplicada aos presos no sistema prisional proporcionado pelas condições da nova prisão de alta segurança. As portas das celas estavam trancadas por fora pelo guarda mas este, do corredor, podia espreitar sempre que quisesse o prisioneiro pelo orifício instalado à altura dos olhos, sem que o preso soubesse quando isso acontecia. O conhecimento desta situação instalava no prisioneiro um sentimento de estar constantemente a ser espiado, o que causava uma tensão e tortura psicológica permanentes.

Na nova prisão de Peniche passou a existir o *regime celular*, isto é, os presos podiam ficar encerrados em celas individuais até cerca de 20 horas diárias, havendo um total de 64 celas individuais. A maior parte eram no Bloco B (45 celas) e as dimensões não iam além dos 9m².

No Bloco C (de alta segurança) as dimensões das celas variavam entre 18m² (3 celas) e menos de 10m² (8 celas). As janelas tinham grades por dentro e os vidros baços, tornavam as grades “invisíveis” a quem olhava do lado de fora da Fortaleza. Durante o Inverno podiam ter de ficar fechadas dias a fio, por causa do mar. Os presos neste regime só contactavam com outros no Refeitório, onde era proibido falar. Apenas podiam trocar algumas palavras no Recreio, que durava 1h30m, ou na Sala de Convívio em dois períodos diários de 1 hora e 1h30m.

Embora diverso do regime celular, o ambiente para os presos que estavam em celas coletivas não era menos opressivo ou tenso. Os presos não podiam aproximar-se das janelas ou do gradão do corredor, sendo admoestados pelos guardas. Não era permitido conversas entre mais de três presos, independentemente do número existente na cela. Não podiam rir alto nem sentar-se no chão. Cada cela coletiva tinha só uma mesa que apenas dava para quatro presos estudarem ou lerem, independentemente do número de presos encarcerados na cela.



Vista da praia e ponte de acesso à Fortaleza e Cadeia de Peniche. Foto DGPC

12-02-2021

Museu Nacional Resistência e Liberdade – Fortaleza de Peniche